



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A
30 DE SETEMBRO DE 2025



No dia trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no auditório Tomaz Ribas do Paço dos Henriques, em Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste Concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação da informação escrita sobre a atividade da câmara;
- 3) Proposta de transferência de verba para a Junta de transferência de Alcáçovas, nos termos do disposto na alínea j do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na atual redação (Semana Cultural);

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

O primeiro secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros: -----

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu -----
- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeiro secretário -----
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário -----
- Paula Alexandra Mendes Maurício -----
- Sara Patrícia Galega Rodrigues -----
- José Jacinto Bento Grave-----
- Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho -----
- Bernardino António Bengalinha Pinto -----
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro -----
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes -----
- José Fernando Nazaré Pereira -----
- Cecília Isabel Pinto Lopes-----
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino -----
- Ricardo Filipe Malagão Soldado -----
- João de Deus Carapeto Fialho -----
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar -----
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas
- Tânia Alexandra Candeias Milhano, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo.

O membro, António Manuel Dimas Grosso, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Jacinto Bento Grave. -----



O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Fernando Nazaré Pereira -----

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes, a Senhora Vice-Presidente, a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, a Senhora Vereadora Rita Rafael, em substituição do Senhor Vereador Miguel Bentinho, e o Senhor Vereador António Costa da Silva. -----

No período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou da existência de uma proposta da Câmara Municipal para a inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, designadamente a “11.ª Alteração ao Mapa de Pessoal”. ----- De acordo com o Regimento deste órgão, era permitida a inclusão do referido ponto naquele período, desde que obtida a concordância de três quartos dos membros da Assembleia. ----- Assim, o Senhor Presidente colocou à consideração dos eleitos a inclusão do referido ponto na Ordem de Trabalhos. -----

Não tendo havido qualquer manifestação de oposição por parte dos membros, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

A Ordem de Trabalhos passou, assim, a integrar quatro pontos, em vez dos três inicialmente previstos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontrava disponível para consulta por quem o entendesse. -----

De seguida, informou que havia três atas para apreciação, nomeadamente as atas das sessões ordinárias realizadas nos dias 29 de abril de 2025 e 30 de junho de 2025, bem como a ata da sessão extraordinária realizada no dia 4 de agosto de 2025. -----

No que diz respeito à ata da sessão de 29 de abril de 2025, o Senhor Presidente da Assembleia e o membro Bernardino Bengalinha Pinto apontaram algumas correções ao documento, procedendo-se depois à respetiva votação, da qual resultou a aprovação por unanimidade. --- Seguiu-se a apreciação da ata relativa à sessão de 30 de junho de 2025, que, depois de efetuadas as observações consideradas pertinentes pelos membros Bernardino Bengalinha Pinto e Fernando Janeiro e ainda pelo Senhor Presidente da Assembleia, a mesma foi submetida à votação, tendo sido a aprovada por unanimidade. -----

Em relação à ata da sessão de 4 de agosto de 2025, foram efetuadas algumas correções sugeridas pelo Senhor Presidente da Assembleia, pelo membro Fernando Janeiro e pelo Senhor Vereador António Costa da Silva. Após a introdução das correções, procedeu-se à respetiva votação, da qual resultou a aprovação por unanimidade. -----

Continuando no Período de Antes da Ordem do Dia, usou da palavra a membro Cecília Lopes, fazendo um balanço dos quatro anos de mandato como membro daquele órgão na Bancada do VIVA. -----



Em nome da força política que representa, referiu que existiam alguns pontos que considerava pendentes de resolução, por não terem sido tratados como pretendiam. -----
Salientou, assim, que as grandes obras para o Concelho ficaram, na sua maioria, por concretizar, como é o caso do Bairro Social de Aguiar, afirmando que o mesmo “não passou de uma fantasia”. -----
Relembrou que, em novembro de 2021, tinham alertado que os projetos tinham de avançar, o que não ocorreu, resultando na perda total do financiamento. Referiu que tal situação “prejudicou e enganou o Concelho”. -----
Em relação ao Centro Social de Aguiar, afirmou que se tratou de um projeto mal concebido pelo PS, repleto de problemas graves, inaugurado com pompa e circunstância em 25 de abril de 2023 e que, até ao momento, não se consegue utilizar aquele espaço. -----
Prosseguindo, mencionou que as estradas do Concelho se encontravam em muito mau estado, constituindo uma herança pesada para quem viesse a seguir. Acrescentou que as Zonas Industriais de Viana não foram alargadas, como prometido, e que para a Zona Industrial de Aguiar não estava previsto financiamento pelos fundos comunitários. Referiu, ainda, que se deixaram caducar as ARUS – Áreas de Reabilitação Urbana, o que impedia beneficiar do IVA a 6%. -----
O membro Cecília Lopes afirmou que tinha apenas apontado os assuntos mais estruturais do Concelho, sobre os quais já tinham sido feitas várias intervenções e alertas. Acrescentou que tudo o que o Executivo pudesse agora apresentar como explicação ou justificação para estas situações não satisfazia nem resolvia os problemas, os quais deveriam ter sido solucionados atempadamente. -----
Seguiu-se a intervenção do membro Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, que começou por cumprimentar todos os presentes, naquela que seria a última sessão da Assembleia Municipal deste mandato. -----
Agradeceu todas as aprendizagens adquiridas, salientando que esta experiência constituiu uma mais-valia pessoal, contribuindo para a sua afirmação como agente político. -----
Saudou, igualmente, os membros da mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, os Vereadores presentes, os colegas deputados municipais, o público presente e os técnicos do Município que colaboraram no apoio à realização da sessão. -----
De seguida, colocou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, começando por abordar o assunto relativo ao Conselho Municipal de Segurança. Referiu que, pelo que se lembrava, este órgão não tinha reunido uma única vez. Salientou que não se tratava de uma questão de alarmismo, mas sim de operacionalidade dos organismos municipais, que acrescentam valor, promovem discussão e reflexão sobre determinadas temáticas do Município. -----
Prosseguindo, referiu que, apesar de não se tratar de uma situação grave, a freguesia de Alcáçovas tem-se debatido, nos últimos meses, com algumas situações de vandalismo, nomeadamente ao nível da sinalética dos percursos pedestres, a qual já tinha sido vandalizada. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu que, na opinião do Executivo, as situações de vandalismo estavam relacionadas com a falta de recursos das forças de segurança.



Realçou, ainda, que o Executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas mantinha uma excelente relação com o Posto Territorial de Viana do Alentejo, com o respetivo comandante e com toda a equipa da GNR, salientando que todos faziam o melhor possível face aos meios disponíveis. Neste contexto, sublinhou a importância de o Posto da GNR em Alcáçovas se encontrar aberto e com capacidade operacional, ou, em alternativa, de existir uma patrulha permanente, uma vez que muitas das situações de vandalismo ocorriam durante a noite, quando era perceptível que a GNR já não voltaria a passar. -----

O membro Frederico Carvalho referiu que, por todos estes motivos, considerava importante que esta matéria fosse discutida em sede de Conselho Municipal de Segurança, por se tratar de questões pertinentes e suscetíveis de acrescentar valor à reflexão e à atuação municipal. -- Ainda no decurso da sua intervenção, o membro Frederico Carvalho referiu ter tido conhecimento da realização, naquele dia, de uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação, questionando se tal informação correspondia à verdade e qual o teor da referida reunião. -----

Referiu que a sua força política, bem como ele próprio, sempre se habituaram a solidarizar-se com qualquer iniciativa realizada no Concelho, incluindo de natureza desportiva. Nesse sentido, citou o colega do Partido Socialista, Fernando Janeiro, que tinha falado sobre a atribuição de prémios monetários à Prova de Atletismo Luís Filipe Branco. -----

De acordo com a informação de que dispunha, esses valores teriam aumentado de forma exponencial, verificando-se que em 2023 o montante atribuído foi de 550 € e que, em 2025, ascendeu a 4 480 €. Esclareceu ainda que estes valores diziam respeito exclusivamente aos prémios monetários, não incluindo os custos globais de organização do evento. -----

A este respeito, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Frederico Carvalho, frisou que “nunca deixaria de puxar a brasa à sua sardinha” e recordou que a Junta de Freguesia que representa recebe um apoio de 10 000 € para a realização de um evento que, no presente ano, teve a duração de oito dias e previa a realização de 56 iniciativas, das quais apenas foi possível concretizar 53. -----

Nesse contexto, procedeu à comparação entre os dois eventos, salientando a diferença dos valores atribuídos ao Grande Prémio de Atletismo, realizado numa única manhã, e à Semana Cultural de Alcáçovas, que decorreu ao longo de uma semana. -----

A concluir a sua intervenção, afirmou que o Senhor Presidente da Câmara devia uma explicação à Junta de Freguesia de Alcáçovas relativamente às obras do cemitério, uma vez que esta ficou a aguardar a sua concretização. Salientou que a troca de comunicações sobre o assunto se iniciou em 24 de setembro de 2024, tendo ocorrido cerca de seis mensagens de correio eletrónico. -----

Nesse âmbito, citou um e-mail datado de 16 de maio de 2025, no qual o Senhor Presidente da Câmara referia a realização de uma reunião com todos os intervenientes, com o objetivo de acertar os pormenores necessários à execução dos trabalhos. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas salientou que todos teriam ficado a ganhar com a realização daquela obra, em especial os munícipes que utilizam o cemitério e que ali têm sepultados os seus entes queridos. Acrescentou ainda que, como era do conhecimento da maioria dos membros presentes, a parte ampliada do cemitério não era,



legalmente, propriedade da Junta de Freguesia, mas sim do Município de Viana do Alentejo, pelo que se tornava imperativo a colaboração do Executivo. -----

Lamentou que, no final do mandato, a referida obra não tivesse sido concretizada, bem como o facto de o Senhor Presidente da Câmara ter referido a entrada de novos Assistentes Operacionais para reforçar a equipa de trabalhadores municipais que prestaria apoio à execução da mesma. -----

Para além disso, realçou que a Junta de Freguesia se tinha comprometido, junto do Município, a adquirir o material necessário à execução da obra, bem como a colaborar com mão-de-obra. Estando presente, na qualidade de deputado municipal, o anterior Presidente da Câmara, Bernardino Bengalinha Pinto, Frederico Carvalho solicitou-lhe que confirmasse se, durante o seu mandato, as obras de ampliação do cemitério de Alcáçovas tinham sido integralmente suportadas pelo Município. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia manifestou o seu desagrado pelo facto de ter existido total colaboração por parte da Junta de Freguesia de Alcáçovas com o Município, no sentido de agilizar a realização da obra, sem que a mesma se tivesse concretizado. Reforçou ainda o seu desagrado ao referir que teve conhecimento, através da reunião de Câmara de 30 de julho, conforme mencionado pelas Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael, de que a Câmara Municipal tinha realizado obras em Aguiar, numa associação de natureza particular. -----

O membro Frederico Carvalho referiu ainda que o Senhor Presidente da Câmara teria tratado de igual forma os parceiros institucionais e da administração local, bem como os parceiros associativos. Acrescentou que a exposição efetuada naquele momento visava não apenas revelar o seu desagrado, mas também dar a conhecer a realidade dos factos, no sentido de permitir um acerto de contas com a legalidade das situações e das intervenções que, no seu entender, deveriam ter sido realizadas em tempo oportuno. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que respondesse às questões colocadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara começou por referir que não iria comentar o balanço do seu mandato, apresentado pelo membro Cecília Lopes, com o qual não concordava, acrescentando que haveria muito a desenvolver sobre esse assunto. -----

Relativamente à intervenção do membro Frederico Carvalho, afirmou que se confirmava, de facto, que não tinha sido realizada qualquer reunião da Comissão Municipal de Segurança. Referiu ainda que tem acompanhado atentamente a questão da denominada “pequena” criminalidade em Alcáçovas, bem como a situação do Posto da GNR, tema que tem sido discutido há bastante tempo, acrescentando que já estava confirmado pela GNR que não iria ser aberto o Posto naquela freguesia. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara referiu-se ao Conselho Municipal de Educação, confirmando que o mesmo se tinha realizado naquele dia, com carácter extraordinário, contendo apenas um ponto da ordem de trabalhos, relativo à Carta Educativa. -----



Quanto aos prémios da Prova de Atletismo, referiu que a alteração da data da prova para o fim de semana que antecede a Feira D'Aires tinha sido uma aposta deste Executivo, com o objetivo de dinamizar mais um fim de semana na freguesia de Viana. -----

Acrescentou que aquela iniciativa tinha sido fortemente afetada pela pandemia COVID-19, pelo que seria importante definir estratégias que permitissem atrair novamente os atletas. ----

Desta forma, decidiu-se aumentar os prémios, como forma de incentivar os atletas a voltarem a participar na Prova de Atletismo. Em sua opinião, esta medida foi um sucesso, referindo que, este ano, se registou a segunda maior participação na prova geral, facto que podia ser comprovado com base nos números de que dispunha. -----

Referiu ainda que, em 2024, se tinham registado 77 participantes na prova geral e que, no corrente ano, participaram 72 atletas. Acrescentou que a prova destinada aos escalões infantis tem vindo a registar uma diminuição de participantes ao longo de vários anos, situação que se agravou nos últimos tempos em consequência da pandemia de COVID-19. -----

O Senhor Presidente salientou que era do conhecimento geral que, após uma queda acentuada na participação dos atletas nesta iniciativa, não era fácil recuperar a dinâmica anteriormente existente. Em sua opinião, tal recuperação exigia investimento e tempo, considerando, por esse motivo, que o caminho seguido relativamente à prova principal tinha sido o adequado.--

Relativamente à Prova Infantil, reiterou que, conforme já tinha referido, verificou-se uma diminuição acentuada da participação após a pandemia, pelo que se tornava necessária uma reestruturação da mesma, com a definição de estratégias que permitissem cativar novamente as crianças a participar na iniciativa. -----

Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Presidente referiu que, no que respeita à data de realização da prova, tinha contactado o responsável da Associação de Atletismo, o qual lhe transmitiu que a fraca participação poderia também estar relacionada com o facto de os atletas terem iniciado os treinos no início do mês de setembro. Não obstante, acrescentou que, embora admitisse essa possibilidade, não via de que forma tal circunstância poderia influenciar a participação, apenas pelo facto de os atletas se encontrarem mais treinados. -----

Referindo-se às palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, quando afirmou que lhe era devida uma justificação, o Senhor Presidente da Câmara assumiu que, de facto, a devia, uma vez que se tinham comprometido com o avanço da obra dos sumidouros para escoamento das águas, o que acabou por não se concretizar. Acrescentou ainda que tinha convocado os responsáveis, com os quais também o Senhor Presidente da Junta esteve reunido, contudo a obra não chegou a avançar por inexistência de trabalhadores suficientes. Referiu que os Assistentes Operacionais apenas entraram ao serviço nos meses de junho ou julho, não tendo, por esse motivo, existido tempo útil para a execução da referida obra. -----

Nesse sentido, o Senhor Presidente afirmou que assumia que o Executivo não tinha sido capaz de concretizar esta obra, tal como outras constantes do programa eleitoral, mas reconheceu que outras intervenções, não inicialmente previstas, acabaram por ser realizadas. -----

Seguiu-se a intervenção do membro Fernando Janeiro, que questionou quais seriam os passos seguintes relativamente à Carta Educativa, tema abordado na reunião do Conselho Municipal de Educação realizada naquele dia. -----



Relativamente ao número de participantes na Prova de Atletismo, referiu que discordava da posição do Senhor Presidente, uma vez que dispunha dos dados referentes aos anos de 2023, 2024 e 2025, disponíveis na Internet. De acordo com esses dados, em 2023 registaram-se 46 participações, em 2024 foram contabilizadas 70 e, em 2025, 62, o que, no seu entendimento, demonstrava que não tinha ocorrido um aumento de participantes, mas antes uma diminuição. Quanto ao valor total dos prémios monetários, referiu que, em 2023, este tinha sido de cerca de 550 € e que, atualmente, ascendia a quase 4 500 €, o que indicava que os custos com os prémios tinham aumentado cerca de oito vezes. -----

Prosseguindo, referiu que, ao analisar os números totais, o cenário era ainda mais preocupante, uma vez que não se registou participação nas camadas jovens. -----

Quanto ao facto de se tratar da segunda prova mais participada, informou que, segundo os dados de que dispunha, em 2014 participaram 75 atletas; em 2017 e 2018, 72; em 2024, 70; e, em 2025, 62. Relativamente ao número total de atletas, em 2014 registaram-se 141 participantes, enquanto, no ano em curso, o total foi de 62. -----

O membro Fernando Janeiro referiu que, em sua opinião, e enquanto atleta, não seria através da atribuição de prémios monetários que a prova atrairia mais participantes, exemplificando com a prova “Viana-a-par-de-Alvito”, que contou com a participação de 200 atletas, sem o atrativo de prémios monetários. -----

De seguida, voltou a intervir o membro Frederico Carvalho, referindo-se novamente à Carta Educativa, tendo questionado qual teria sido a alteração introduzida ao documento para que fosse apresentado o presente relatório final, uma vez que o mesmo já tinha sido, supostamente, aprovado em Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que respondeu ao membro Fernando Janeiro, salientando que, relativamente ao número de participantes na Prova de Atletismo, provavelmente não teriam tido a mesma fonte de informação. Referiu que dispunha dos dados que lhe foram fornecidos pelos Técnicos e que iria solicitar o respetivo envio. Acrescentou que não inventava os dados, nem tinha sido ele que preencheu os mapas, e que as informações de que dispunha não coincidiam com as que o membro Fernando Janeiro tinha mencionado. -----

Assim, referiu que, de acordo com os dados de que dispunha, em relação à Prova Geral, em 2014 participaram 77 atletas; em 2015, 68; em 2016, 55; em 2017, 45; em 2018, 67; em 2019, 46. Nos anos de 2020 e 2021, a prova foi interrompida devido à COVID-19. Em 2022 registaram-se 27 participantes; em 2023, 45; em 2024, 70; e, em 2025, 72. -----

Neste sentido, o Senhor Presidente considerou que estariam no caminho certo, salientando, contudo, a necessidade de prestar especial atenção ao escalão de Infantis. -----

No que diz respeito aos números, sublinhou que teria de apurar os dados corretos, comprometendo-se, ainda assim, a enviar os elementos de que dispunha no momento. -----

Em resposta ao membro Frederico Carvalho, a propósito da Carta Educativa, esclareceu que o passo seguinte seria solicitar parecer à DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, entidade que teria sido substituída por outra, cuja designação não soube precisar, a qual disporia de trinta dias para se pronunciar. Decorrido esse prazo sem emissão de parecer,



considerar-se-á existir visto tácito. Em seguida, seria submetido a reunião de Câmara, para posterior submissão à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu-se ainda à intervenção do membro Fernando Janeiro, relativa à comparação entre o Grande Prémio de Atletismo "Sr.^a D'Aires" e a Corrida Viana-a-par-de-Alvito, com a qual não concordou. Esclareceu que, no caso da Corrida Viana-a-par-de-Alvito, deveria considerar-se que os atletas estavam treinados desde o início de setembro, pelo que não seria adequada a comparação entre as duas provas. -----

Em relação à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, relativamente às alterações à Carta Educativa, informou que, como era do conhecimento de todos, verificaram-se no documento aspetos incorretos e outros que tiveram de ser atualizados e corrigidos. -----

Esclareceu ainda que tinham retomado contactos com a empresa responsável, tendo sido celebrado um novo contrato para proceder à atualização dos dados, como ocorreu, por exemplo, com a Escola de Viana, entre outros, cujos elementos não dispunha no momento. Por esse motivo, tornou-se necessário retomar todos os passos subsequentes, tal como já havia sido feito anteriormente. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas voltou a intervir, referindo que o que o Senhor Presidente da Câmara tinha explicado apenas vinha confirmar as dúvidas fundadas da oposição manifestadas na última Assembleia Municipal Extraordinária. -----

Referiu que se poderia ter evitado o "folclore" e a pressa inesperada, dado que não tinham sido previstos os passos anteriores. Destacou que a urgência do assunto não estava em causa, o que foi reconhecido por todos, mas que não se tratava de uma inevitabilidade, sendo possível ter seguido os procedimentos necessários. Acrescentou ainda que, dessa forma, ter-se-iam evitado os comunicados da CDU sobre o tema, relacionados com a decisão da oposição, pois, na hora certa e no local exato, esta chamou a atenção ao Executivo. -----

Interveio o membro Fernando Janeiro, referindo que deixaria registado que a fonte dos seus dados era a lista de classificações, ou seja, os documentos oficiais, publicados no site da Associação de Atletismo de Évora. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e afirmou que, no que diz respeito à Carta Educativa, não poderia concordar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, pois o documento poderia ter sido aprovado condicionalmente, dado que este procedimento já foi adotado em outras situações. -----

Realçou que tal procedimento permitiria a correção de alguns aspetos, facilitando o início da construção da Escola de Alcáçovas. -----

A encerrar este período de intervenções, interveio o membro Nuno Grave, referindo que esta era a última Assembleia daquele mandato e que gostaria de deixar algumas palavras. Afirmou que tinha chegado ao fim a sua participação e contributo naquele órgão autárquico, do qual fez parte durante dezasseis anos, quinze dos quais como membro da mesa, tendo participado em mais de noventa sessões sem qualquer falta. Durante doze anos trabalhou com o Presidente António Sousa, a quem enviou um abraço, e quatro anos com o Presidente Estêvão Pereira, a quem agradeceu igualmente a confiança e a colaboração ao longo destas sessões realizadas durante o presente mandato. -----



O membro Nuno Grave estendeu os seus agradecimentos a todos os membros da Assembleia, com quem partilhou estes dezasseis anos naquele órgão autárquico. Reconheceu que não é fácil dedicar tempo individual ao serviço do órgão, em prol do Concelho e das suas gentes, sobretudo considerando as diferentes perspetivas e ideologias, mas sublinhou que isso faz parte da democracia. -----

Referiu ter consciência de ter dado um contributo cívico relevante para o bem comum do Município de Viana do Alentejo, destacando que foi um prazer trabalhar com todos. Desejou as maiores felicidades aos que serão eleitos, com votos de bom trabalho, incentivando a continuidade do contributo para o desenvolvimento do Concelho de Viana do Alentejo. ----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do membro Nuno Grave, afirmando que a população do Concelho também lhe era grata. Mesmo aqueles que não tinham consciência disso tinham, de facto, razões para agradecer. -----

No primeiro período destinado à intervenção do público, não se registaram quaisquer intervenções. -----

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão - A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou que esta era a última sessão daquele mandato. No entanto, as deliberações tomadas, uma vez que a ata será aprovada em minuta, passam a ter plena validade legal. No próximo mandato, quando se reunirem as condições necessárias, a presente ata será aprovada formalmente-----

Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da câmara- O Senhor Presidente explicou que o documento era constituído pelos resumos das informações relativas à atividade da Câmara, as quais eram previamente submetidas a aprovação daquele órgão. – Interveio o membro Bernardino Bengalinha Pinto, que questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da transferência do troço da Estrada Nacional 257 para a IP – Infraestruturas de Portugal, sobre o processo relativo às casas pré-fabricadas de Aguiar e, ainda, acerca da situação do concurso para Chefe da DGR – Divisão de Gestão de Recursos. Relativamente a este último assunto, referiu que o mesmo não constava do documento em apreço, salientando que era habitual essa informação ser incluída, uma vez que dele constavam outros concursos, mas não aquele. -----

Prosseguindo, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que gostaria de deixar uma nota positiva relativamente aos valores em dívida referentes a águas, rendas, entre outros. Indicou que tem vindo a acompanhar aquele assunto e que, em 2021, o valor ascendia a 210 mil euros, situando-se atualmente em 491 mil euros, o que representava um aumento de 280 mil euros. Contudo, salientou que os valores registados a 30 de setembro eram aproximadamente idênticos aos do mês de junho, o que constitui um sinal positivo, embora ainda se verifique a necessidade de proceder à redução da dívida. -----

Fez igualmente alusão à Carta Educativa, associando a respetiva situação ao balanço do mandato e referindo que, na sua opinião, existiram alguns equívocos. Acrescentou que o



documento, submetido à Assembleia na sessão de 4 de agosto, não reunia as condições mínimas para ser aprovado e que as questões agora mencionadas pelo Senhor Presidente correspondiam a alertas que já tinham sido deixados nessa sessão. -----

Recordou que, na altura, o Senhor Presidente tinha referido que não seria necessário proceder a qualquer alteração. Referiu ainda que foram colocadas diversas questões, as quais não obtiveram resposta, uma vez que não se encontrava presente nenhum técnico que pudesse prestar os devidos esclarecimentos. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que este mandato se caracterizou por o Senhor Presidente manifestar frequentemente a sua discordância relativamente às posições assumidas pelos membros da Assembleia. No entanto, salientou que o que estava a ser afirmado correspondia à realidade, sendo prova disso o facto de a DGEst não ter sequer conhecimento, à data, da Carta Educativa do Concelho de Viana do Alentejo. -----

Neste sentido, e fazendo um balanço do mandato, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que o classificava entre o sofrível e o medíocre. A título exemplificativo, salientou que não tinham sido realizadas reuniões do Conselho Municipal de Segurança e que, salvo erro, apenas se realizara uma reunião do Conselho Municipal da Juventude. -----

A terminar a sua intervenção, referiu ainda que, nos programas eleitorais, era amplamente apregoada a consideração pela juventude, mas que, na prática, a situação se revelava ainda mais negativa, salientando que “uma coisa era falar, outra era fazer”. -----

Seguiu-se a intervenção do membro Frederico Carvalho, que questionou se seria possível fazer transitar uma ata de um mandato para o seguinte, referindo que, na Assembleia de Freguesia de Alcáçovas, a ata foi aprovada no final da respetiva sessão. -----

Esclareceu que se tratava de uma dúvida, atendendo a que, estando no termo do mandato, a ata poderia eventualmente ser aprovada sem votação. Colocou ainda a questão de saber como se processaria a aprovação da ata caso a próxima Assembleia viesse a ser constituída por membros que não estiveram presentes na sessão a que a mesma se refere. -----

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que a ata do anterior mandato, em princípio, já estaria aprovada e que, caso assim não fosse, seria apenas porque não tinha sido submetida a aprovação. Acrescentou que, em teoria, seria sempre possível que nenhum eleito do mandato anterior transitasse para o seguinte. Embora virtualmente essa situação fosse quase impossível, em termos teóricos poderia ocorrer, caso as equipas fossem totalmente renovadas, o que, na prática, não acontecia. -----

Neste contexto, o Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a ata seria aprovada em minuta, mesmo sendo a última sessão do mandato, garantindo que as deliberações nela constantes passariam a ter eficácia e, portanto, poderiam ser implementadas. Acrescentou que, na próxima sessão ou em qualquer outra, a mesma ata poderia ser aprovada formalmente, recordando que, naquele dia, já tinham sido aprovadas três atas. -----

Reforçou que o que conferia eficácia às deliberações era justamente a sua aprovação, ainda que em minuta. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao membro Bernardino Bengalinha Pinto sobre a questão da passagem da Estrada nº 257 para a IP – Infraestruturas de Portugal. Informou que o Executivo retomou as negociações com a empresa, iniciadas no mandato anterior. Foi



enviado o protocolo com o respetivo acordo, mas este voltou para assinatura ainda em nome de Bernardino Bengalinha Pinto, o que estava incorreto, uma vez que ele já não exercia funções de Presidente da Câmara. -----

Perante esta situação, o contrato foi devolvido e, até à data, ainda não tinha sido recebido, apesar dos contactos insistentes que tinham sido feitos. -----

Relativamente ao processo das Casas Pré-Fabricadas de Aguiar, informou-se que o processo estava completo, aguardando apenas o contrato com o IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. Embora o contrato já existisse, era necessário formalizá-lo, caso contrário não poderia constar no Orçamento, o que impediria o prosseguimento da obra. ----

Relativamente ao concurso do Chefe da Divisão da DGR, presumia que estivesse na posse do júri e acrescentou que tinha havido apenas um concorrente. -----

Referindo-se à avaliação medíocre que o membro Bernardino Bengalinha Pinto fez do seu mandato, o Senhor Presidente afirmou que não esperava outra postura da sua parte. -----

Sobre as reuniões do Conselho Municipal da Juventude, confirmou que apenas uma se realizou, apesar de terem sido feitas três ou quatro convocatórias. Como os jovens não compareceram, não houve quórum e as reuniões não se realizaram. -----

O Senhor Presidente da Câmara salientou que o Executivo tem demonstrado preocupação com a participação dos jovens. -----

Voltou a intervir o membro Bernardino Bengalinha Pinto e referiu que no seu mandato, foi enviado tudo o que a IP – Infraestruturas de Portugal tinha solicitado para que o assunto fosse concretizado. Tal passava pela transferência de 3,5 km de estrada para aquela entidade, tendo em conta o estado daquela via e de outras. -----

Também em tom irónico, este membro disse que tinha achado graça quando o Senhor Presidente da Câmara afirmou que “tinham retomado as negociações”, uma vez que estas já estavam concluídas. Segundo referiu, aquilo que o Senhor Presidente fez foi apenas alterar uma minuta, substituindo o nome do Presidente que, à data, era o seu. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto disse que este procedimento tinha demorado quatro anos, o que considerava ser tempo excessivo. Acrescentou que o Senhor Presidente da Câmara tinha conhecimento do assunto, uma vez que este constava da pasta de transição que lhe foi entregue e que tinha sido abordado nos contactos que, entretanto, mantiveram. -----

Relativamente às reuniões do Conselho Municipal da Juventude, sublinhou que, se os jovens são convocados e não comparecem, deverá haver insistência e novas convocatórias. Na sua opinião, o facto de, em quatro anos, este Conselho ter reunido apenas uma vez é manifestamente insuficiente. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que respondeu ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, reforçando que a demora na questão da IP – Infraestruturas de Portugal não era imputável ao Executivo. Esclareceu que já tinham sido efetuados vários contactos e enviados diversos esforços, mas que a empresa tardava em enviar o Protocolo para que pudesse ser assinado por si. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, a este propósito, referiu que “não se andava à procura de culpados”, mas que tinha achado irónico, quando o membro Bernardino Bengalinha Pinto



afirmou que “já não podia ser culpado porque já cá não estava.” Havia muitos que já cá não estavam há mais de dez anos e continuavam a ser culpados por alguma coisa. -----

Relativamente à Carta Educativa, referiu que participou, naquele dia, na reunião do Conselho Geral de Educação, onde fez uma breve intervenção e expôs o seu entendimento sobre o documento. -----

Da leitura que fez, salientou tratar-se de um “excelente documento”, não entrando, contudo, em pormenores sobre os aspetos positivos ou negativos. Pretendia apenas manifestar que, na sua perspetiva, o documento apresentava uma caracterização muito bem elaborada e apontava caminhos que lhe pareciam sólidos e exequíveis, não obstante existirem alguns que se revelariam mais exigentes, por dependerem da vontade política e da disponibilidade de recursos financeiros para a sua concretização. Acrescentou que, caso tal se concretizasse, estaria convicto de que, num horizonte temporal de aproximadamente dez anos, a educação no concelho poderia registar melhorias significativas, nomeadamente na adequação dos estabelecimentos de ensino a padrões e valências já existentes em territórios próximos ou mais distantes, mas de elevada qualidade, o que contribuiria positivamente para o processo de educação e formação das crianças e famílias. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal salientou que o documento integrava um capítulo dedicado à monitorização, cuja finalidade era assegurar, em particular por parte da Câmara Municipal e do Agrupamento de Escolas, mas também das demais entidades envolvidas no processo, o acompanhamento da execução das medidas propostas, as quais revestem particular responsabilidade. -----

Acrescentou que, sendo essas medidas devidamente executadas, ao fim de dois anos já seria possível aferir se os objetivos estariam corretamente orientados e, ao fim de cinco anos, começar a observar resultados concretos. Afirmou ainda que esta metodologia se encontrava prevista e devidamente estruturada no documento. -----

A concluir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que este assunto carecia de decisão política por parte da Câmara Municipal, tendo em conta que estavam previstos investimentos de montante significativo. Salientou ainda que, nesta matéria, o Município e o Agrupamento de Escolas, responsáveis por mais de noventa por cento da educação no concelho, deveriam reforçar cada vez mais a sua parceria. -----

Considerou fundamental o trabalho conjunto, com definição de objetivos comuns e a prossecução dos mesmos, apesar das dificuldades que naturalmente surgem. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou ainda que a Carta Educativa tinha sido aprovada por unanimidade. -----

Voltou a intervir o membro Bernardino Bengalinha Pinto, manifestando a sua satisfação, bem como a da bancada do Partido Socialista e dos restantes presentes, pelo facto de o documento ser de qualidade e poderem beneficiar do seu conteúdo. Salientou que esta avaliação não se devia ao facto de o referido documento ter sido adjudicado durante o seu mandato. -----

Questionou ainda como tinha ficado a questão da retroatividade, referindo não dispor dessa informação. Recordou que, na anterior sessão da Assembleia Municipal, tinha sido transmitido que o Conselho Municipal de Educação aprovou o documento com efeitos retroativos, sem que tal constasse expressamente do respetivo teor. -----



O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que tinha sido ele quem prestou essa informação, reconhecendo, contudo, que a mesma estava incorreta. -----

Acrescentou que, no Conselho Municipal de Educação, reunião na qual não esteve presente, lhe tinha sido transmitido que a questão da retroatividade tinha sido abordada e que o documento teria sido aprovado com essa previsão. Todavia, após verificação, constatou que tal não correspondia à realidade, pelo que reconheceu ter prestado informação errada, baseada nos dados de que então dispunha. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Frederico Carvalho, usou da palavra e manifestou a sua concordância com o Senhor Presidente da Assembleia. Referiu que, apesar de se encontrar no final do mandato, ficava mais reconfortado com a informação apresentada e com a opinião pessoal entretanto transmitida, considerando que, dada a sua experiência, tal lhe permitia encarar o futuro com boas perspetivas. -----

Abordou igualmente a questão das estradas, já referida pelo membro Bernardino Bengalinha Pinto e também discutida na Assembleia da República, esclarecendo que estavam em causa estradas municipais e não nacionais, cuja competência pertence à IP – Infraestruturas de Portugal. -----

Aproveitando a oportunidade, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a situação da estrada de Santa Catarina, tema que já tinha sido falado anteriormente, perguntando se existia alguma novidade relativamente ao assunto. -----

Relativamente à Estrada n.º 380 (Évora – Estação de Alcáçovas), referiu que a Junta de Freguesia apresentou uma queixa formal, tendo recebido resposta no sentido de que a intervenção não era considerada prioridade. -----

Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas perguntou se, desde a última sessão da Assembleia Municipal, tinha havido alguma novidade relativamente ao expediente relacionado com a resolução da situação do edifício da Estação de Alcáçovas. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, no que respeita às estradas, não se tinha registado qualquer evolução, acrescentando que se tratava de um problema estrutural no concelho, cuja resolução não poderia ser perspetivada para um prazo de quatro anos, nem eventualmente de oito, salvo se viessem a ser abertos avisos de financiamento, o que considerava pouco provável. -----

Acrescentou que a Estrada Viana – Alcáçovas era a que apresentava um estado mais preocupante, sendo os custos de intervenção elevados, pelo que não se tratava de um problema de fácil resolução. -----

Relativamente à Estrada Évora – Estação de Alcáçovas, referiu que, não obstante se tratar de um troço que não é da competência da Câmara Municipal, mas que é amplamente utilizado pelos munícipes do concelho, foi estabelecido contacto com a IP – Infraestruturas de Portugal, devido à necessidade de reforço das marcações na via. Informou que aquela entidade respondeu ter uma empreitada em curso, no âmbito da qual estava prevista a pintura das respetivas marcações. -----



Salientou que, na Estrada Viana – Évora, já decorriam intervenções de substituição da sinalização horizontal e considerou importante que ações semelhantes fossem efetuadas também na Estrada de Viana – Alcáçovas. -----

Quanto ao assunto da Estação de Alcáçovas, referiu que a decisão cabia ao Município, no sentido de aceitar ou não a transferência do edifício, existindo para o efeito um Protocolo a discutir. A novidade é que, nesse mesmo Protocolo, se incluía também a Estação de Viana. Informou que o tema ainda se encontrava em aberto e que possivelmente seria o próximo executivo a dar seguimento à questão. -----

Ponto três) Proposta de transferência de verba para a Junta de transferência de Alcáçovas, nos termos do disposto na alínea j do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro na atual redação (Semana Cultural) – O Senhor Presidente

da Câmara interveio, referindo-se à comparação efetuada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas relativamente ao apoio concedido para a realização da Semana Cultural e ao apoio atribuído a outra associação do concelho. -----

Salientou que, dessa forma, também ele poderia comparar os custos da Semana Cultural em Viana do Alentejo, cujo valor se aproxima dos 10 mil euros, com o apoio concedido à Junta de Alcáçovas, que recebe montante equivalente. -----

Acrescentou que, para si, este tipo de situações não se compara, salientando que o Município apoia sempre na medida das suas possibilidades, mantendo-se a verba anteriormente atribuída. Observou ainda que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia deveria reconhecer que a montagem de palcos e tendas, bem como o pagamento de horas extraordinárias aos trabalhadores, implicavam um gasto adicional de cerca de 10 mil euros. -----

Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, informando que não iria votar aquele ponto e que se ausentaria após serem prestados os respetivos esclarecimentos.

Referiu que pretendia, previamente, fazer uma defesa daquela transferência, na qualidade de representante da entidade beneficiária, e agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e aos funcionários, tal como já o tinha feito na inauguração da Semana Cultural. Salientou que o evento correu ainda melhor este ano, o que se deveu à colaboração do Município, designadamente no que respeita à componente logística. Acrescentou que esta ajuda foi fundamental para resolver os pequenos imprevistos que foram surgindo, considerando que, nesse aspeto, o apoio prestado foi excepcional, pelo que deixou expresso o seu agradecimento.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas esclareceu ainda que a comparação que tinha feito anteriormente se referia à verba do prémio monetário da Corrida Luís Filipe Branco, não tendo efetuado qualquer comparação com associações, mas apenas apresentado esse exemplo no âmbito da questão do cemitério e dos Assistentes Operacionais. -----

Salientou que reconhecia a importância da verba atribuída à Junta de Freguesia de Alcáçovas, dando como exemplo o facto de a mesma vir a suportar o pagamento dos percursos pedestres recentemente inaugurados, que tiveram um custo aproximado de sete mil euros. -----

Referiu que Alcáçovas passou a dispor de dois percursos pedestres, o que considerou relevante, atendendo à existência, na freguesia, de um número significativo de caminheiros que apreciam esta atividade, destacando ainda o trabalho desenvolvido pela Associação dos Amigos de Alcáçovas nesta área. -----



Afirmou que aquele apoio era muito bem-vindo e reiterou o que já tinha dito diversas ocasiões ao Executivo, tendo, inclusive, o Senhor Presidente feito alusão ao assunto em Assembleias Municipais e reuniões do Executivo, relativamente ao aumento exponencial da aquisição destes serviços. -----

Frederico Carvalho referiu ainda que, nos anos de 2013, 2014 e 2015, foram atribuídos os mesmos dez mil euros, salientando que já decorreram mais de dez anos desde então. -----

Acrescentou que era certo que a Câmara não estava obrigada a atribuir uma percentagem correspondente ao valor pretendido pela Junta de Freguesia, competindo-lhe conceder o montante que entendesse adequado, em função das suas opções estratégicas e políticas, bem como das formalidades aplicáveis. -----

Para dar uma ideia dos custos envolvidos, referiu que, naquela altura, os dez mil euros atribuídos representavam cerca de 40% do custo total da Semana Cultural. -----

Salientou que tinham sido ambiciosos e que, atualmente, aquele valor representava apenas cerca de 15% do custo global. -----

Dirigiu ainda um apelo a todos os que iriam votar aquele ponto, sublinhando que a Semana Cultural de Alcáçovas constituía uma iniciativa promotora da coesão territorial e da coesão da comunidade, à semelhança da Feira do Chocalho, por se tratarem de eventos com continuidade, aos quais as pessoas se habituam enquanto momentos de festividade, encontro e convívio, que atraem à freguesia um número significativo de visitantes. -----

Acrescentou que estas iniciativas assumiam igualmente grande relevância na valorização do património identitário, uma vez que contribuía para a preservação da Arte Chocalheira, do Cante Alentejano, da Mostra de Doçaria e de outros elementos identitários da cultura e da comunidade. -----

Acrescentou que a iniciativa constituía igualmente uma oportunidade de valorização do turismo e de atração de novos públicos, dando como exemplo a realização de uma sessão literária no Paço dos Henriques, que contou com cerca de cento e cinquenta espectadores. --

Referiu ainda que estas iniciativas contribuem para dinamizar e valorizar equipamentos específicos do Município, promovendo a sua utilização e dando-lhes maior visibilidade. ----

A concluir, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia referiu que é próprio de qualquer Presidente de Junta solicitar e ambicionar sempre mais, por entender que a verba atribuída, especificamente para aquele evento, deve ser bem aplicada e rentabilizada. -----

Não obstante, manifestou a sua gratidão, em nome do Executivo e também a título pessoal, pelo apoio concedido. Recordou ainda que, há dois anos, o valor atribuído foi de 12.500 euros, atendendo à realização de um evento no Monte do Sobral, o que veio acrescentar valor à iniciativa. -----

Na ausência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, por se considerar impedido, a Assembleia aprovou, por unanimidade, a proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Alcáçovas nos termos do disposto na alínea j do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro na atual redação (Semana Cultural). -----

Ponto quatro) 11ª Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que não havia muito a acrescentar relativamente àquele



ponto, tratando-se apenas de um ajuste ao Mapa de Pessoal, com a transformação de lugares de Assistentes Técnicos em lugares de Assistentes Operacionais. -----
Acrescentou que o Executivo entendeu dever deixar essa situação devidamente regularizada, independentemente do Executivo que viesse a ser eleito nas próximas eleições autárquicas. Submetido a votação, o ponto foi aprovado por maioria, com onze votos a favor dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, José Jacinto Grave, Marta Rebocho, Sara Rodrigues, Paula Maurício e Rosinda Gaio) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico Carvalho), e seis abstenções por parte dos eleitos do PS (Bernardino Pinto, Nuno Grave, Fernando Janeiro, João Antunes, José Nazaré Pereira e Tânia Milhano). -----
Esgotada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. -----
Não se tendo registado quaisquer intervenções por parte do público, o Senhor Presidente da Assembleia aproveitou a ocasião para deixar algumas referências e agradecimentos, por se tratar da última sessão daquele mandato. -----
Assim, agradeceu a todo o pessoal do Município que prestou apoio ao longo do mandato, destacando o inestimável contributo do apoio administrativo. Endereçou igualmente um agradecimento à Dra. Maria D'Aires Vilela, que participou em algumas sessões no início do mandato, bem como às Técnicas Salomé Pires e Marta Ferro, que, na fase final, asseguraram esse apoio. -----
Agradeceu ainda aos Técnicos Paulo Bento, Nuno Canelas e Luís Mira, responsáveis pela componente técnica de som e imagem, salientando o seu contributo para o bom funcionamento das sessões e para que os munícipes que não puderam estar presentes pudessem acompanhar e ficar informados sobre o que foi tratado e discutido. -----
O Senhor Presidente da Assembleia deixou igualmente um agradecimento ao pessoal operacional, frequentemente representado pela trabalhadora Vitória Alves. -----
Por fim, dirigiu uma palavra de reconhecimento a todos os eleitos da Assembleia Municipal que, ao longo de quatro anos, partilharam as sessões, nem sempre em concordância, referindo que as discordâncias são inerentes à natureza da vida democrática e ao normal funcionamento daquele órgão. -----
Agradeceu igualmente a forma como todos trabalharam em conjunto, bem como àqueles que, não estando presentes naquela sessão, compareceram pontualmente, em regime de substituição ou por qualquer outra razão que os levou a participar, dando o seu contributo político e cívico para o bom andamento dos trabalhos. -----
Dirigiu ainda uma palavra de agradecimento a todos os que, tal como ele próprio, iriam agora colocar um ponto final nesse percurso, bem como aos que irão continuar funções, deixando-lhes uma mensagem de reconhecimento e de incentivo. Salientou que nunca se deveriam cansar de desempenhar aquela missão, sublinhando que o Concelho é pequeno e necessita do contributo de todos, não sendo muitos os que se disponibilizam para este tipo de responsabilidades. -----
Concluiu referindo que, cada um com o seu ponto de vista, fará o melhor que puder pelo interesse do Concelho. -----



Desejou ainda boa sorte para todos os que virão a ser eleitos nas próximas eleições autárquicas. -----

A terminar a sua intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia fez ainda uma referência ao seu antecessor, António Sousa, anterior Presidente da Assembleia Municipal. -----

Sublinhou que, para além das questões políticas, existem valores mais importantes, nomeadamente o relacionamento entre as pessoas, que deve prevalecer sobre as divergências partidárias. Nesse contexto, deixou expresso o seu agradecimento a António Sousa pelos anos de dedicação e trabalho político em prol do Concelho. -----

Acrescentou que, apesar das discordâncias existentes ao longo do tempo, nunca foi quebrado o respeito mútuo entre ambos. -----

Não havendo intervenções, por parte do público, passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata, que foi votada e aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às 23 horas e cinquenta e cinco minutos do dia 1 de outubro de 2025. -----



Aprovada a 27 de fevereiro de 2026

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
